



DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1. ENTE

Nome: Prefeitura Municipal de Canguçu / RS
Endereço: PRAÇA FRANCISCO CARLOS DOS SANTOS
Bairro: CENTRO
Telefone: (053) 3252-9584
Fax:
CNPJ: 88.861.430/0001-49
Complemento: 240
CEP: 96600-000
E-mail: fundofapscgu@yahoo.com.br

2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

Nome: GERSON CARDOSO NUNES
Cargo: Prefeito
E-mail: fundofapscgu@yahoo.com.br
CPF: 570.367.210-49
Complemento do Cargo:
Data Início de Gestão: 01/01/2013

3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF

Nome: FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR
Endereço: PRAÇA FRANCISCO CARLOS DOS SANTOS
Bairro: CENTRO
Telefone: (053) 3252-9584
Fax:
CNPJ: 13.072.654/0001-72
Complemento: 240
CEP: 96600-000
E-mail: fundofapscgu@yahoo.com.br

4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

Nome: MARIA DE LOURDES CERON KIKHOFEL
Cargo: Gestor
Telefone: (053) 3252-9584
Fax:
Complemento do Cargo: PRESIDENTE DO RPPS
Data Início de Gestão: 01/01/2006
CPF: 690.880.550-68
E-mail: fundofapscgu@yahoo.com.br

5. GESTOR DE RECURSOS

Nome: MARIA DE LOURDES CERON KIKHOFEL
Cargo: Gestor
Telefone: (053) 3252-9584
Entidade Certificadora: Anbima
Complemento do Cargo: PRESIDENTE DO RPPS
Data Início de Gestão: 01/01/2011
CPF: 690.880.550-68
E-mail: fundofapscgu@yahoo.com.br
Validade Certificação: 02/12/2016

6. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

Nome: MARIA DE LOURDES CERON KIKHOFEL
Telefone: (053) 3252-9584
Data de envio: 30/12/2015
CPF: 690.880.550-68
E-mail: fundofapscgu@yahoo.com.br

7. DEMONSTRATIVO

Exercício: 2016

Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos: Nara Ivonete de paula Oliveira

CPF: 620.325.850-49

Data da Elaboração: 28/12/2015 Data da ata de aprovação: 30/12/2015

Órgão superior competente: Conselho Municipal de Previdência

Meta de Rentabilidade dos Investimentos

Indexador: IPCA Taxa de Juros: 6,00 %

Divulgação/Publicação: () Meio Eletrônico (X) Impresso

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
Renda Fixa - Art. 7º		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00	0,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	100,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	0,00
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, a	80,00	80,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, a	30,00	30,00
Poupança - Art. 7º, V, a	20,00	0,00
FI em Direitos Creditórios - Aberto - Art. 7º, VI	15,00	0,00
FI em Direitos Creditórios - Fechado - Art. 7º, VII, a	5,00	0,00
FI Renda Fixa Crédito Privado - Art. 7º, VII, b	5,00	5,00
Renda Variável - Art. 8º		
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30,00	0,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00	0,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	0,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	5,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	0,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	5,00
Total		225,00

Declaro que o valor excedido do limite do somatório dos Segmentos "Renda Fixa" e "Renda Variável", está compatível com a Política de Investimentos aprovada pelas instâncias competentes e consolidada neste Demonstrativo, conforme documentos arquivados

Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos

O desmonte do chamado tripé macroeconômico - composto por metas de superávit primário, câmbio flutuante e metas de inflação - ao longo do período de 2009 a 2014, impôs significativas perdas sobre a economia real em 2015 e continuará a fazê-lo em 2016. A necessidade e urgência dos ajustes são conhecidos, porém sua aprovação e implementação, ao que tudo indica, serão executados de maneira lenta e incompleta, impondo cada vez mais incertezas aos agentes econômicos e volatilidade nos mercados. O represamento e a manipulação dos preços administrados no período de 2009 a 2014 se corporificou em inflação consistentemente acima do teto da meta e próxima aos dois dígitos no acumulado em 12 meses. No lado da produção, a perda de dinamismo do mercado de trabalho e a queda da renda real, redundaram em redução do consumo das famílias, principal componente do PIB do País. Contaminados pelo ambiente atual e pelas perspectivas nada animadoras para 2016, os índices de confiança dos consumidores e dos empresários atingiram patamares historicamente baixos. Frente a dura e inegável deterioração da economia, o governo brasileiro reconheceu os erros cometidos e sinalizou a disponibilidade e a vontade de realizar a correção de rumo e a reestruturação do tripé macroeconômico. No entanto, as chagas de uma eleição dura, os constantes e alarmantes casos de corrupção, o sofrível desempenho da economia, a elevação dos preços e a consequente queda da popularidade da presidente da república, esvaziaram o capital político necessário à realização das mudanças.

Fragilizado politicamente o governo tornou-se refém do congresso e incapaz de realizar os ajustes necessários. Assim, os desdobramentos econômicos são resultado do desmonte reportado acima e aprofundados pela crise política, que ceifa qualquer movimento de correção de rota. Para 2016, os eventos econômicos estarão, novamente, subjugados aos eventos políticos. No cenário base, 2016 deve replicar 2015 em termos de cenário político e ambiente econômico.

No cenário fiscal, a necessidade de reequilíbrio das contas públicas é evidente e inadiável. No curto prazo, dado que a maior parte dos gastos é rígida, a saída deverá ser a aprovação/reedição de um novo imposto e/ou a elevação da alíquota de algum imposto existente. Considerando o baixo capital político do governo, o mais provável seja a opção pelo aumento da alíquota de imposto existente pelo menos num primeiro momento. Os ajustes sobre a legislação previdenciária, sempre em pauta, devem apresentar avanços significativos durante 2016, tendo em vista que o Ministro da Fazenda, nomeado neste mês de dezembro, Nelson Barbosa considera a reforma da previdência a mais urgente entre as reestruturações necessárias, estando o governo em dívida entre duas alternativas: uma delas tornaria o fator 85/95 móvel, que simularia uma movimentação na idade mínima para aposentadoria e outra alternativa seria determinar uma idade mínima e ajustá-la periodicamente, de acordo com as mudanças na demografia brasileira.

O conjunto de baixo dinamismo econômico, gastos rígidos, resultado primário negativo, dívida elevada e incapacidade de proposição e aprovação de medidas que reequilibrem as contas públicas, levará o País a perder os "selos de bom pagador" que ainda lhe restam.

Externamente, as expectativas de crescimento das economias avançadas indicam um pequeno aumento no ritmo de crescimento, 2,23% para 2016 e 2017. Merece destaque as expectativas para o crescimento da economia norte-americana, 2,83% e 2,80% para 2016 e 2017, respectivamente. Com o mercado de trabalho aquecido (taxa de desemprego esperada inferior a 5,00% a partir de 2016) e economia recuperada, o foco da autoridade monetária passará a ser somente a estabilidade dos preços.

Para as economias emergentes, as expectativas são de crescimento de 4,52% em 2016 e 4,91% em 2017. Destaca-se as expectativas de crescimento para a economia chinesa. Segundo as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), o novo patamar de crescimento da economia chinesa será em torno de 6,0%.

As expectativas de normalização da política monetária norte-americana e os consequentes aumentos da taxa de juros naquele país, a desaceleração da economia chinesa e os prováveis e iminentes rebaixamentos da nota de crédito (rating) da dívida soberana nacional em moeda estrangeira, tendem a manter a taxa de câmbio em torno de R\$ 4,00.

Objetivos da gestão

O objetivo da gestão é estabelecer diretrizes e linhas gerais relativas a diversos recursos garantidores das reservas técnicas do RPPS, além de obter condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e proteção, sempre com muita prudência e transparência exigida pela legislação em vigor. Serão considerados os itens fundamentais de aplicações dos recursos, a preservação do capital, os níveis de riscos adequados ao RPPS, a taxa esperada de retorno, os limites legais e operacionais, a liquidez adequada aos ativos, com especial ênfase no médio e longo prazo.

Estratégia de formação de preços - investimentos e desinvestimentos

A alocação de recursos entre os segmentos tem o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações do o Regime Próprio de Previdência Social do município de Canguçu - RS, através da superação da taxa da meta atuarial, que é igual à variação do IPCA mais 6%. Além disso, ela contempla alocação estratégica, fazendo as alterações necessárias para adaptar a alocação de ativos às mudanças no mercado financeiro.

Critérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável

As aplicações de recursos do o Regime Próprio de Previdência Social do município de Canguçu - RS em ativos de renda fixa poderão ser feitas exclusivamente por meio de fundos de investimento. Os fundos de investimento abertos e fechados nos quais o Regime Próprio de Previdência Social do município de Canguçu - RS vier a adquirir cotas, deverão seguir a legislação em vigor.

As aplicações nesse segmento deverão seguir os limites abaixo discriminados, considerando para tal as limitações gerais impostas pela Resolução CMN nº 3922/2010.

As aplicações dos recursos do RPPS em ativos de renda variável deverão ser feitas, exclusivamente, por meio de fundos de investimentos.

As aplicações nesse segmento deverão seguir os limites abaixo discriminados, considerando para tal as limitações gerais determinadas pela Resolução CMN 3922/2010.

Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos

A definição da alocação estratégica dos recursos nos segmentos acima identificados foi feita com base nas expectativas de retorno de cada segmento de ativos para os próximos 12 meses, em cenários alternativos, e na sua capacidade de alcançar os objetivos atuariais no médio e longo prazo.

Os cenários de investimentos foram traçados a partir das perspectivas para o quadro nacional e internacional, da análise do panorama político e da visão da condução da política econômica e do comportamento das principais variáveis econômicas. As premissas serão revistas periodicamente e serão atribuídas probabilidades para a ocorrência de cada um dos cenários.




Para as estratégias de curto prazo, a análise se concentrou na aversão a risco dos RPPS, em eventos específicos do quadro político e nas projeções para a inflação, taxa de juros e atividade econômica. A visão de médio prazo procurou dar maior peso às perspectivas para o crescimento da economia brasileira e mundial, para a situação geopolítica global, para a estabilidade do cenário político e para a solidez na condução da política econômica.

Dadas tais expectativas de retorno dos diversos ativos em cada um dos cenários alternativos, a variável chave para a decisão de alocação é a probabilidade de satisfação da meta atuarial no período de 12 meses, aliada à avaliação qualitativa do cenário de curto prazo.

Observações

A presente política poderá ser revista sempre que ocorrerem alterações no cenário macroeconômico, objetivando a otimização do resultado dos investimentos e a integridade do patrimônio do RPPS. Apresente política de investimentos foi aprovada na data de nº 064/15 datada de 29 de dezembro de 2015 pelo Comitê de Investimentos e aprovada pelo Conselho Municipal de Previdência conforme Ata nº 316/2015 datada de 30 de dezembro de 2015.

Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes

Representante Legal do Ente:	570.367.210-49 - GERSON CARDOSO NUNES	Data: 30/12/15	Assinatura: 
Representante Legal da Unidade Gestora:	*690.880.550-68 - MARIA DE LOURDES CERON KIKHOFEL	Data: 30/12/15	Assinatura: 
Gestor de Recurso RPPS:	690.880.550-68 - MARIA DE LOURDES CERON KIKHOFEL	Data: 30/12/15	Assinatura: 
Responsável:	690.880.550-68 - MÁRIA DE LOURDES CERON KIKHOFEL	Data: 30/12/15	Assinatura: 